

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

REQUERIMENTO nº , DE 2007.

(Do Sr. Deputado William Woo e Sr. Deputado Walter Ihoshi)

Requer a criação da Subcomissão
Especial do Centenário da Imigração Japonesa.

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do artigo 29, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a constituição da Subcomissão Especial do Centenário da Imigração Japonesa, para nos termos do artigo 32, inciso XV, a, tratar de assuntos relacionados com os preparativos para as comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil em 2008, para serem apreciados pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Câmara dos Deputados

JUSTIFICAÇÃO

Em 18 de junho de 2008 será comemorado o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, fato de grande importância e que tem gerado ações como a criação da Comissão Nacional Organizadora das Comemorações do Centenário pelo Governo Federal através do Decreto n.º 5.966, de 14 de Novembro de 2006, seguido por diversos Estados que tem criado os seus grupos organizadores, consignando a relevância do papel desta comunidade para o crescimento do nosso país.

No Brasil reside o maior grupo de imigrantes japoneses do mundo, e hoje temos uma comunidade brasileira de aproximadamente 280.000 pessoas residindo no Japão, número equivalente a 70% de todos os imigrantes que trabalham no Japão, e responsável pela geração de US\$ 2,8 bilhões em divisas para o Brasil anualmente.

Neste contexto, algumas dificuldades tem surgido nesta relação, criando dificuldades no cotidiano dos brasileiros, popularmente conhecidos como “dekasseguis”, com impacto também sobre a supracitada geração de divisas. Dentre essas dificuldades, podemos citar: educação dos filhos, obrigatoriedade de seguro social, tratado penal e atestado de antecedentes, entre outros.

Devemos aproveitar o momento da preparação para as comemorações, onde ambos os países estão empenhando grande esforço para o seu acontecimento, para propor, discutir e aprovar tratados e projetos que venham a contribuir para a vida dos brasileiros no Japão.

Para tanto, propomos a criação Subcomissão Especial do Centenário da Imigração Japonesa, para tratar de assuntos relacionados com os preparativos para as comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil em 2008, para serem apreciados pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Câmara dos Deputados. A duração de seus trabalhos encerraria-se no final de 2008.

Temos a certeza que os nobres pares da Comissão irão apoiar este requerimento, por se tratar de assunto relevante. E para melhor conhecimento do assunto, colocamos abaixo um resumo da história da imigração japonesa no Brasil.

IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Embora o Japão tenha enviado seus primeiros imigrantes ao Brasil em 1908, os primeiros japoneses a pisar em solo brasileiro foram quatro tripulantes do barco Wakamiya Maru que, em 1803, afundou na costa japonesa. Os naufragos foram salvos por um navio de guerra russo que, mesmo não podendo desviar-se de sua rota, levou-os em sua viagem. No retorno, a embarcação aportou, para conserto, em Porto de Desterro, atual Florianópolis (SC), no dia 20 de dezembro, permanecendo até 4 de fevereiro de 1804. Ali, os quatro japoneses fizeram registros importantes da vida da população local e da produção agrícola da época.

Incidentalmente, outros japoneses estiveram de passagem pelo país, mas a primeira visita

oficial para se buscar um acordo diplomático e comercial ocorreu em 1880. No dia 16 de novembro daquele ano, o vice-almirante Artur Silveira da Mota, mais tarde Barão de Jaceguai iniciou, em Tóquio, as conversações para o estabelecimento de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países. O esforço nesse sentido prosseguiu em 1882, com o ministro plenipotenciário Eduardo Calado, mas o acordo só seria concretizado 13 anos mais tarde. Em dia 5 de novembro de 1895, em Paris, Brasil e Japão assinaram o Tratado da Amizade, Comércio e Navegação.

ABERTURA À IMIGRAÇÃO

Entre eventos que antecederam a assinatura do Tratado, destaca-se a abertura brasileira às imigrações japonesas e chinesas, autorizadas pelo Decreto-Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892. Com isso, em 1894 o Japão envia o deputado Tadashi Nemoto para uma visita, em cujo roteiro foram incluídos os Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Satisfeito com o que viu, Nemoto manda um relatório ao governo e às empresas de emigração japonesas, recomendando o Brasil como país apto a acolher os imigrantes orientais. A partida da primeira leva de japoneses que deveria vir trabalhar nas lavouras de café em 1897, teve, no entanto, de ser cancelada justamente na véspera do embarque.

O motivo foi a crise que o preço do produto sofreu em todo o mundo, e que iria perdurar até 1906. Em 1907, o governo brasileiro publica a Lei da Imigração e Colonização, permitindo que cada Estado definisse a forma mais conveniente de receber e instalar os imigrantes. Em novembro daquele mesmo ano, Ryu Mizuno, considerado o pai da imigração, fecha acordo com o secretário da Agricultura de São Paulo, Carlos Arruda Botelho, para a introdução de 3 mil imigrantes japoneses num período de três anos. Nessa época, o governador era Jorge Tibiriçá. Assim, no dia 28 de abril de 1908, o navio Kasato Maru deixa o Japão com os primeiros imigrantes, rumo ao Brasil.

O PERÍODO DA IMIGRAÇÃO

Os 793 japoneses recém-chegados foram distribuídos em seis fazendas paulistas. Enfrentaram, porém, um duro período de adaptação. O grupo contratado pela Companhia Agrícola Fazenda Dumont, por exemplo, não permaneceu ali mais que dois meses. As outras fazendas também foram sendo gradativamente abandonadas pelos exóticos trabalhadores de olhos puxados e costumes tão diferentes. Em setembro de 1909, restavam apenas 191 pessoas nas fazendas contratantes.

Não obstante, no ano seguinte, a segunda leva de imigrantes já estava a caminho. E no dia 28 de junho de 1910, o navio Ryojun Maru aportava em Santos com mais 906 trabalhadores a bordo. Distribuídos por outras fazendas, eles viveriam os mesmos problemas de adaptação dos compatriotas que os antecederam. Aos poucos, porém os conflitos foram diminuindo e a permanência nos locais de trabalho, mais duradoura.

CONQUISTANDO ESPAÇO

Os primeiros imigrantes japoneses a se tornarem proprietários de terra foram cinco famílias que adquiriram, em fevereiro de 1911, lotes junto à Estação Cerqueira César, da Estrada de Ferro Sorocabana, dentro do projeto de colonização Monções, criado na época pelo Governo Federal. Essas famílias foram também as primeiras a cultivar o algodão.

Em março de 1912, novas famílias são assentadas em terras doadas pelo governo

paulista, na região de Iguape, graças ao contrato de colonização firmado entre uma empresa japonesa e aquele poder público. Iniciado com cerca de 30 famílias - a maioria proveniente de outras fazendas onde os contratos já haviam sido cumpridos - esse foi um dos mais bem sucedidos projetos de colonização dessa fase pioneira. Nesse mesmo ano, os imigrantes atingiram o Paraná, tendo como precursora uma família procedente da província de Fukushima, e que se estabelece na Fazenda Monte Claro, em Ribeirão Claro, cidade situada no norte do Estado. Em agosto de 1913, um grupo de 107 imigrantes chega ao Brasil para trabalhar em uma mina de ouro, em Minas Gerais. Foram os únicos mineiros na história da imigração.

Em 1914, o número de trabalhadores japoneses no Estado de São Paulo, já estava em torno de 10 mil pessoas. Com uma situação financeira desfavorável, o governo estadual decidiu proibir novas contratações de imigrantes e, em março, avisou à Companhia da Imigração que não mais subsidiaria o pagamento de passagens do Japão para o Brasil. No entanto, a abertura de novas comunidades rurais utilizando-se a mão-de-obra existente continuou. Por essa época, ocorreu também um dos episódios mais tristes da história da imigração, quando dezenas de pessoas, que haviam se instalado na Colônia Hirano, em Cafelândia, morreram vítimas da malária, doença então desconhecida para os japoneses.

ADAPTAÇÃO CULTURAL E A 2ª GUERRA MUNDIAL

Com o aumento do número de colônias agrícolas japonesas, que nesse período se expandiram principalmente em direção ao noroeste do Estado de São Paulo, começam a surgir também muitas escolas primárias destinadas a atender os filhos dos imigrantes. Em 1918, formaram-se as duas primeiras professoras oficiais saídas da comunidade, as irmãs Kumabe, pela Escola Normal do Rio de Janeiro. Em 1923, Escola de Odontologia de Pindamonhangaba formou também o primeiro dentista de origem japonesa.

Essa presença crescente de um povo exótico no país, porém, não parou de gerar polêmicas. Tanto na esfera executiva como legislativa surgiram opiniões a favor e contra a entrada de novos imigrantes japoneses. Em 1932, segundo informações do Consulado Geral do Japão em São Paulo na época, a comunidade nikkey era composta por 132.689 pessoas, com maior concentração na linha Noroeste. Desse total, 90% dedicava-se à agricultura. Nesta época, havia também diversas publicações em japonês com periodicidade semanal, quinzenal e mensal.

Em 1938, ano antecedente à Segunda Guerra Mundial, o Governo Federal começou a limitar as atividades culturais e educacionais dos imigrantes. Em dezembro, decretou o fechamento de todas as escolas estrangeiras, principalmente as de japoneses, alemão e italiano. As comunidades oriundas dos países integrantes do Eixo RO-BER-TO (Roma-Berlim-Tóquio) começaram a sentir os sintomas do conflito iminente. Em 1940, todas as publicações em japonês tiveram a sua circulação proibida. No ano seguinte, chegaram as últimas correspondências do Japão. Até o fim da guerra, os japoneses viveram um período de severas restrições, inclusive com o confisco de todos os bens.

PERÍODO PÓS-GUERRA

Em 1948, Yukishige Tamura é eleito vereador em São Paulo, tornando-se, assim, o primeiro nikkey a ocupar um cargo eletivo em uma capital. Já em clima de paz, é restabelecido, em 1949, o comércio entre Brasil e Japão por meio de um acordo bilateral. Um ano depois, o Governo Federal anuncia a liberação dos bens confiscados aos imigrantes dos países do Eixo, e, em 1951 aprova projeto para introdução no País de 5 mil

famílias imigrantes. Encorajadas, as empresas japonesas começa a planejar investimentos no Brasil. As primeiras delas chegam em 1953.

Cinquenta anos após a chegada do navio Kasato Maru em Santos, o número de japoneses e descendentes no país somavam 404.630 pessoas. O príncipe Mikasa, irmão do imperador Hiroito, visita o País para participar das festividades do cinquentenário da imigração. Nas eleições majoritárias de 1962, já se pôde observar a plena integração social e política dos brasileiros descendentes de japoneses, quando seis nisseis são escolhidos por meio das urnas: três para a Câmara Federal (Miyamoto, do Paraná; Hirata e Tamura de São Paulo) e três para a Assembléia Legislativa de São Paulo (Yoshifumi Uchiyama, Antonio Morimoto e Diogo Nomura).

Em 1967, o príncipe herdeiro Akihito e a princesa Michiko visitam o Brasil pela primeira vez. Na recepção ao casal imperial, a comunidade nipo-brasileira lota o estádio do Pacaembu. Em 1973, chega a Santos o Nippon Maru, o último navio a transportar imigrantes japoneses. Em 1978 a imigração japonesa comemora 70 anos. O príncipe herdeiro Akihito e a princesa Michiko participam das festividades e novamente lotam o Pacaembu. No prédio da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Bunkyo), é inaugurado o Museu da Imigração Japonesa no Brasil.

A INTEGRAÇÃO CONSOLIDADA

Os anos 60 foram marcados, em muitos aspectos, pela integração dos nikkeis à sociedade brasileira. Além da participação ativa na vida política por meio de seus representantes nas casas legislativas, eles começaram a despontar nas áreas culturais, notadamente na grande imprensa - onde o pioneiro foi Hideo Onaga, na Folha de S. Paulo -, e nas artes plásticas, com destaque para Manabu Mabe. Neste mesmo período, durante o governo Costa e Silva, também é nomeado o primeiro ministro descendente de japoneses, o empresário Fábio Yassuda, que assumiu a Pasta da Agricultura, sem, no entanto, cumprir integralmente sua gestão.

No futuro, dois outros seriam chamados a assumir cargos equivalentes: Shigeaki Ueki, como ministro de Minas e Energia do governo Geisel, e Seigo Tsuzuki, como ministro da Saúde do governo Sarney. Outro marco muito importante, em 1964, foi a inauguração da sede da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa na rua São Joaquim. O Bunkyo passou a promover e coordenar a maioria dos grandes eventos com envolvimento da comunidade nipo-brasileira como um todo: aniversários da imigração, visitas ao Brasil de membros da Família Imperial, etc.

A partir da década de 70 começaram a surgir as primeiras obras literárias escritas por nikkeis, tendo como temas o Japão e os imigrantes, entre eles: Japão Passado e Presente, de José Yamashiro (1978), História dos Samurais, também de Yamashiro (1982), e a obra considerada como referência obrigatória dentro da história da imigração, que é O Imigrante Japonês de Tomoo Handa, lançado em 1987. Em 1988, no 80º aniversário da imigração, comemorado com a presença do príncipe Aya, filho de Akihito, o Censo Demográfico da Comunidade, feito por amostragem, estimava o número nikkeis no País em 1.228.000 pessoas. Nesse final de década, a comunidade nipo-brasileira e o próprio país já começaram a sentir os efeitos de um novo e curioso fenômeno que se alastrava rapidamente entre as famílias nikkeis: os dekassegui.

O FENÔMENO DEKASSEGUI

A ida de milhares de japoneses e descendentes do Brasil para o Japão começou em 1988, atingindo seu auge no início desta década. Seguindo o caminho inverso dos imigrantes do Kasato Maru, mas com objetivos semelhantes, os dekassegui marcaram este período como uma das mais importantes da história da imigração japonesa. Em 1991, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa realizou o "Simpósio sobre o fenômeno dekassegui". No ano seguinte, é criado o CIATE - "Centro de Informação e Assistência aos Trabalhadores no Estrangeiro" - com a colaboração do Ministério do Trabalho do Japão. Com atendimento até hoje, este serviço tem sua sede no prédio da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

Surge também, no mesmo período, a primeira obra literária de ficção escrita por uma nikkey, tendo como personagens descendentes de japoneses, e abordando também o fenômeno dekassegui: Sonhos Bloqueados, é lançado em 1992 pela professora Laura Hasegawa. Outro importante acontecimento desta década foram as comemorações, em 1995, do centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. A princesa Norinomiya, filha de Akihito, já então imperador do Japão, veio prestigiar as festividades. Em 1997 o próprio casal imperial faz uma visita de dez dias ao Brasil, provocando grande emoção na comunidade. Em 1998, a comunidade nikkei de todo o país comemorou com festa os 90 anos da imigração. Nessa festa, a última sobrevivente da primeira leva de imigrantes, sra. Tomi Nakagawa, estava presente.

Decorrido todo este tempo desde sua chegada ao Brasil, o Kasato Maru permanece como marco da imigração japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2007

WILLIAM WOO

Deputado Federal PSDB/SP

Membro titular do CREDN

WALTER IHOSHI

Deputado Federal PFL/SP

Membro suplente do CREDN

REQUERIMIENTO n° , DE 2007.

(Do Sr. Deputado William Woo e Sr. Deputado Walter Ihoshi)

Requer a criação da Subcomissão Especial do Centenário da Imigração Japonesa.

[illegible]